

CONSELHO MUNICIPAL DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA DE SANTOS

LEI DE CRIAÇÃO Nº 2.482 DE 24/09/2007

ATA DO CONSELHO DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA DE SANTOS

Aos 23 de abril de 2015, os membros do Conselho de Emprego, Trabalho e Renda de Santos, identificados na lista de presença anexa, se reuniram às 10 horas na Associação Comercial de Santos, na rua XV de Novembro, nº 137, Santos/SP. A reunião passa a ser secretariada pela Sra. Eugenia Salgado Granja. Na impossibilidade do Sr. Márcio Calves, Presidente do Conselho Municipal de Emprego, Trabalho e Renda de Santos, o 1º Vice Presidente, Sr. Adilson Carvalho de Lima presidiu a reunião e deu início aos trabalhos registrando as presenças do Sr. Gionei Gomes Silva, da Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Santos e do Sr. Rodrigo S. Lachi da Secretaria de Assistência Social-SEAS representando o núcleo que atua com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, nessa secretaria. Em seguida, convidou o Sr. Gionei para fazer uma apresentação sobre Ações Fiscais no Combate ao Trabalho Infantil na GRTE-Santos, no período 2013/2014, (relatório sobre o assunto segue anexado a esta ata) e durante a apresentação foram feitos os seguintes comentários: O Sr. Gionei iniciou abordando o perfil dos auditores e a estrutura existente na região para o trabalho de fiscalização. Quanto ao perfil destacou que atualmente não é mais necessário que o auditor tenha formação em engenharia de segurança do trabalho ou em medicina do trabalho. Nos concursos recentes exige-se apenas que sejam profissionais de nível superior. Para suprir as necessidades específicas de formação do auditor o governo criou a Escola Nacional da Inspeção do Trabalho-ENIT e também há softwares disponíveis para auxiliar nos trabalhos de fiscalização. Em relação à estrutura destacou o quanto ela é enxuta, ressaltando que há mais de 1000 vagas atualmente em aberto por aposentadorias, as quais ainda não foram preenchidas. Informou que além das fiscalizações rotineiras os auditores são responsáveis por projetos com metas que precisam ser cumpridas. Cada auditor deve participar de pelo menos 4 Projetos de Fiscalização, que são fiscalizações programáticas como, por exemplo, Trabalho Infantil, Trabalho urbano análogo ao trabalho escravo, PCD-inclusão de Pessoas com Deficiências, etc. A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de São Paulo tem 19 Projetos. Quem faz esse acompanhamento é a Corregedoria e recentemente foi emitida uma lista para todas as Superintendências, com as pendências no cumprimento de suas metas. Muitos auditores não conseguem cumprir suas metas pois além das fiscalizações programáticas, eles precisam atender as denúncias do Ministério Público, Sindicatos e dos próprios trabalhadores. Além das denúncias devem atender também as fiscalizações de urgências decorrentes de acidentes com mortes. Na região há 15 auditores do trabalho fiscalizando, que atendem desde São Sebastião até Barra do Turvo, num total de 28 municípios, sendo apenas dois auditores voltados para o Projeto do Trabalho Infantil. O Sr. Gionei comentou que independente das dificuldades citadas, novo perfil profissional e pressão para cumprimento de metas, a questão principal que interessa aos auditores e à sociedade é como fazer para erradicar o trabalho infantil. Comentou que seria necessário um trabalho articulado com outros órgãos, pois muitas vezes o auditor se depara com a situação de que a criança que está trabalhando irregularmente ao deixar o local da atividade não tem para onde ir ou com quem ficar. Sugeriu que seria interessante ter reuniões sobre o assunto do trabalho infantil com escolas do Sistema S (SENAI, SENAC, SEST, etc) e sugeriu para as escolas a criação de um banco de dados para os menores de 14 anos que ainda não podem entrar na aprendizagem, visando serem contatados na idade próxima para estimulá-los a seguir esse caminho. A Sra. Rosana reforçou que a erradicação do trabalho infantil prevê uma ação conjunta de várias entidades, além da fiscalização. O Sr. Rodrigo esclareceu que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI surgiu inicialmente por causa das áreas rurais e dos trabalhos em mineração (carvoarias, por exemplo). Foi identificado, na época, que o problema das famílias era a renda e por esse motivo as crianças trabalhavam. Os programas de transferência de renda vieram no sentido de garantir uma renda às famílias e evitar o trabalho das crianças. Depois de 15 anos de PETI percebe-se que a transferência de renda não é suficiente para erradicar o trabalho infantil. Houve uma mudança de perfil no trabalho infantil que hoje está concentrando nas áreas urbanas (crianças nos sinais, em lava jatos, etc.) e não mais na área rural. Segundo dados do IBGE de 2010, 94% das crianças em trabalho infantil estão nas cidades. Ainda com base em dados do IBGE, as crianças de 10 a 14 anos conseguem em média R\$ 600,00 reais por mês, o que sinaliza que os programas de transferência de renda não vão desestimular essa atividade. Segundo o Sr. Rodrigo, o Ministério do Desenvolvimento Social identifica que é necessário um trabalho

articulado de assistência social, fiscalização, educação, esporte, lazer e saúde para tratar a erradicação do trabalho infantil. O Ministério procura superar aplicação de ações isoladas como apenas transferência de renda e está empenhado numa reformulação do PETI com articulação de ações. A fiscalização do MTE continuará sendo muito importante, associada com outras iniciativas. O auditor na maioria das vezes não tem a solução para o problema. A Assistência Social precisa entrar com várias ações com família, escola, saúde, etc. A Sra. Rosana lembrou que além dos trabalhos citados há ainda o trabalho doméstico que muitas crianças fazem além de cuidarem das crianças menores. O Sr. Gionei comentou que o trabalho mais difícil para os auditores é exatamente a fiscalização do trabalho infantil, porque as histórias dos menores retirados de locais de trabalho onde atuam ilegalmente (borracharias, lava-jatos, etc.) são trágicas, exatamente porque muitos não têm para onde ir e ficam nas ruas ou no tráfico de drogas. Esse encontro que está sendo feito hoje poderia ser feito nas Escolas de ensino técnico e profissionalizante. A Sra. Niedja esclareceu que os temas do Conselho de Emprego, Trabalho e Renda são mais abrangentes e não focados exclusivamente no trabalho infantil e destacou que as escolas têm vindo ao Conselho fazer apresentações das oportunidades de qualificação profissional oferecidas dentro da aprendizagem e dos cursos técnicos. O Sr. Rodrigo sugeriu colocar o tema do trabalho infantil também nas discussões do Conselho. Essa questão é muito importante porque estudos mostram que crianças que trabalham tornam-se adultos com remuneração média de 2 salários mínimos. O trabalho infantil acaba sendo a reprodução da pobreza. Temos, segundo o IBGE, 956 crianças trabalhando entre 10 e 15 anos. Não sabemos quantas estão em trabalho legal (aprendizagem) e quantas em trabalho irregular. Afinar esse contato entre SEAS e MTE e também o Ministério Público, seria muito interessante. O Sr. Adilson, comentou que a discussão que vem sendo feita no Conselho é sobre inclusão no mercado de trabalho e para tanto já têm se apresentado as Escolas que oferecem aprendizagem e cursos técnicos (SENAI, ETECS). Essa discussão no Coemprego já seria uma parte do alinhamento que está sendo proposto pelo Sr. Giani e Sr. Rodrigo no sentido de pensar a alternativa de aprendizagem dentro da erradicação do trabalho infantil. Na sequência o Sr. Adilson, vice-presidente do Conselho, passou ao segundo item da pauta e comentou que o Conselho Sindical Regional da Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira encaminhou ao Ministério do Trabalho e Emprego uma carta propondo a realização da II Conferência de Emprego e Trabalho Decente em Santos. A carta na íntegra segue anexada a esta ata. Dando continuidade à reunião, o Sr. Adilson convidou a Sra. Rosana Lara Spinucci, Coordenadora de Apoio ao Empreendedorismo para apresentar o Relatório Mensal do Centro Público de Emprego relativo ao fechamento do mês de março/2015:

SERVIÇOS	META DO MTE (ANO)	META DO MTE (Projeção mensal)	RESULTADO - MARÇO/2015
Trabalhadores Inscritos	19.707	1.642	348
Vagas captadas	9.852	821	593
		Vagas de reposição	75
		Vagas novas	518
Colocações	3.285	274	42
Candidatos encaminhados	19.707	1.642	1.372
Seguro-desemprego	4.736	395	290
Emissão de CTPS		Não há (serviço adicional)	184
Orientação - processo de seleção		Não há (serviço adicional)	----
CARGOS TOP 10			<ol style="list-style-type: none"> 1. Auxiliar de Limpeza 2. Motorista de Caminhão Leve 3. Teleoperador 4. Manobrista 5. Auxiliar de Recepção 6. Atendente de Lanchonete 7. Recepcionista Atendente 8. Vendedor Interno 9. Motorista de Caminhão Pesado 10. Serralheiro Montador

A Sra. Rosana comentou que os dados de vagas captadas não estão corretos. Houve problemas com o sistema e já foi feito contato com os técnicos para corrigir. Informou que o serviço itinerante do CPET nas subprefeituras foi reiniciado tendo sido realizados no mês de março 164 atendimentos na Zona Noroeste e 156 nos Morros. Ressaltou que o maior problema identificado nesses atendimentos é a escolaridade dos interessados, principalmente da população feminina. Em abril será feito o atendimento em Caruara. A Sra. Rosana também destacou que dentro das parcerias com a Secretaria de Assistência Social-SEAS, dois funcionários do CPET participaram do treinamento "Time do Emprego" da SERT voltado para formar multiplicadores que possam fortalecer o trabalhador em situação de desemprego na busca de colocação no mercado de trabalho e/ou para

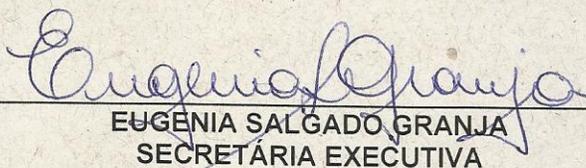
empreendedorismo. Com base nesse treinamento e aproveitando algumas ações já desenvolvidas pelos profissionais do CPET, foi elaborado um projeto denominado "Escalada do Emprego" que começará a ser desenvolvido na Subprefeitura dos Morros, para levar aos interessados informações sobre marketing pessoal, orientação comportamental, elaboração de currículo, preenchimento de fichas de emprego, etc. Concluída a apresentação, a Sra. Rosana informou ao Conselho que o Ministério do Trabalho e Emprego enviou uma correspondência a todos os conveniados sugerindo uma nova prorrogação do Plano de Trabalho atual dos Postos Sine e solicitou aos conselheiros que se pronunciassem sobre essa sugestão. O Sr. Adilson perguntou até quando seria a prorrogação e a Sra. Rosana respondeu que até 30 de outubro de 2015. O Sr. Martins considerou adequado solicitar a prorrogação. O Orçamento Federal certamente vai ter cortes grandes e se pudermos manter por mais um tempo o Plano de Trabalho atual será melhor. Deve ser mantido como garantia de continuidade dos trabalhos. O Sr. Adilson também concordou que deveria ser indicada a prorrogação do Plano atual e solicitou à Sra. Rosana que na próxima reunião apresentasse ao Conselho um balanço parcial dos aspectos físicos e financeiros do CPET. Na sequência, **os conselheiros aprovaram por unanimidade a prorrogação do Plano de Trabalho do Posto Sine de Santos até 30 de outubro de 2015**. O Sr. Adilson comentou que a partir de 1º de abril de 2015 não poderiam mais ser utilizados os formulários de Seguro Desemprego, tendo que ser feito a solicitação eletronicamente pelo empregador. Porém, em função de problemas do sistema, destacou que o Poupatempo continua aceitando os formulários e a própria Superintendência Regional do Trabalho também. A Sra. Rosana explicou que o MTE enviou uma Circular a todos os postos na qual orienta que o cidadão não pode ser constrangido em virtude de problemas operacionais. Diante disso e da orientação da própria Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Santos, uma vez que todos as informações solicitadas ao desempregado estejam corretas e confirmadas, os seguros estão sendo emitidos. O Sr. Gilson precisou se ausentar e antes de sair solicitou que os conselheiros tratassem nos Assuntos Gerais do retorno do horário de reunião para as 9h. **Acabou sendo consensado que a partir da próxima reunião o horário de início será às 9h30 com qualquer número de pessoas presentes.** O Sr. Adilson sugeriu que a pauta das reuniões tenha sempre início pelas apresentações dos relatórios do CPET e de Qualificação Profissional, o que foi aprovado por todos os presentes. Dando continuidade, o Sr. Adilson convidou a Sra. Eugenia Salgado Granja, Coordenadora de Requalificação Profissional para apresentar o Relatório de Qualificação Profissional e o Relatório sobre Evolução do Emprego e Empreendedorismo. Com a palavra, a Sra. Eugenia começou apresentando as vagas ofertadas no mês de março de 2015:

MARÇO 2015	
INICIATIVA	VAGAS
SEAS/SETUR/SEDUC	
Programa Novo Rumo – Restaurante Escola Estação Bistrô	23
Sub-Total	23
FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	
Artesanato FSS	40
Artesanato ZN	20
Padaria Artesanal FSS	160
Delicias de Páscoa FSS	80
Padaria Artesanal ZN	20
Escola de Beleza FSS	20
Escola de Moda FSS	40
Construção Civil ZN	45
Escola Unimed	30
Sub-Total	455
PROGRAMA VENCE – ESCOLA CONGONHAS	
Segurança do Trabalho	13
Sub-Total	13

SEAS/CODESO - SENAC	
Cursos de Culinária para Festas - Caurara	48
Sub-Total	48
Total	539

Concluída a apresentação o Sr. Adilson passou ao último item da pauta, os Assuntos Gerais. A Sra. Niedja comunicou aos presentes que o Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação providenciará, após aprovação do Conselho de Emprego, a retificação do Decreto Municipal que faz a indicação dos Membros do Conselho, pois foram recebidos ofícios de indicação a saber: da SDCET, a Sra. Ieda Aparecida de Jesus Couto Estácio substituirá o Sr. Marcelo Luiz da Conceição; do MTE, o Sr. Gionei Gomes da Silva substituirá a Sra. Rosângela Mendes Ribeiro; da Bancada dos Empregadores o Sopesp substituirá a Federação da Agricultura no Estado de São Paulo, sendo que o presidente da instituição, Sr. Rodrigo Junqueira de Queiroz Lima, passa a ser o representante titular e o Sr. José dos Santos Martins passa a ser o representante suplente; e a vaga de suplência da Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo passa para a Associação Brasileira de Terminais Líquidos. A Sra. Andreia Leite dos Santos, que tem participado como convidada representando essa entidade, consultará a ABTL e solicitará que a mesma oficialize a indicação de seu(sua) representante. **O exposto foi aprovado por unanimidade por todos os presentes.** Nada mais havendo a tratar, o Vice-presidente deu por encerrada a reunião, determinando a lavratura da ata por mim, Eugenia Salgado Granja, e que segue assinada pelo Vice-presidente do Conselho de Emprego, Trabalho e Renda de Santos, Adilson Carvalho de Lima, em 23 de abril de 2015.

ADILSON CARVALHO DE LIMA
VICE-PRESIDENTE


EUGENIA SALGADO GRANJA
SECRETÁRIA EXECUTIVA